

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE
PELOTAS - PREVPEL**

**RELATÓRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE
ANÁLISE DA ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS DO RPPS A
RESOLUÇÃO 4.963/2021 E POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023**

Em atendimento a Portaria/MTP N° 1.467, de 2 de junho de 2022

Julho, 2023

INTRODUÇÃO

Em cumprimento as determinações legais, em especial as do art. 129 da Portaria 1.467 do MTP, de 02 de junho de 2022, apresentamos o Relatório de Análise da Aderência da Gestão dos Recursos do RPPS conforme a Resolução CMN 4.963/2021, e a Política de **Investimentos do primeiro semestre do exercício financeiro de 2023**, do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PELOTAS – PREVPEL inscrito no CNPJ: 03.577.180/0001-67.

Este relatório tem como objetivo acompanhar, analisar e identificar as aplicações do RPPS, se estão sendo atendidas as normas em vigor e a política de investimentos na gestão de recursos do PREVPEL.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023

A política de investimentos para o ano de 2023, APROVADA em 19/12/2022, foi enviada via CADPREV-WEB, cumprindo o prazo final de envio que era até 31/12/2022. Previu que os recursos do RPPS devem ser aplicados conforme a Resolução CMN 4.963/2021 e Portaria MTP 1467/2022, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Observada a legislação vigente, devem ser alocados, conforme as diretrizes definidas na Política de Investimentos, nos seguintes segmentos de aplicação: **renda fixa, renda variável e investimento no exterior**.

Os valores recebidos a título de taxa de administração devem ser mantidos de forma segregada dos recursos destinados ao pagamento de benefícios, em conta individual, distinta dos demais recursos do RPPS.

Envio da PI:



Imagem1 Fonte Ministério do Trabalho e Previdência:
<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dpinV2/restrito/consultarDemonstrativos.xhtml>

Enquadramento aprovado na PI 2023:

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - RESOLUÇÃO CMN nº 4.963/2021					
Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos				
	Limite da Resolução %	Limite do Inciso	Limite Inferior %	Estratégia Alvo %	Limite de Superior %
Renda Fixa - Art. 7º	89,5%				
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7, I, "a"	100%	100%	0,0%	0,5%	50,0%
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"			0,0%	60,0%	100,0%
FI em Índices de Mercado (ETF) - 100% TP - Art. 7º, I, "c"			0,0%	0,0%	10,0%
Operações Compromissadas com lastros em TPF - Art. 7º, II	5%	5%	0,0%	0,0%	0,0%
FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, "a"	60%	60%	0,0%	26,0%	60,0%
ETF - Renda Fixa - Art. 7º, III, "b"			0,0%	0,0%	10,0%
Ativos Financeiros RF de emissão com Obrigação ou coobrigação de instituição financeira - Art. 7º, IV	20%	20%	0,0%	0,5%	10,0%
FIDC (senior) - Art. 7º, V, "a"	5%	20%	0,0%	0,0%	0,0%
FI em Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, V, "b"	5%		0,0%	2,5%	5,0%
FI Debêntures de Infraestrutura - Art. 7º, V, "c"	5%		0,0%	0,0%	0,0%
Renda Variável - Art. 8º	6,0%				
FI Ações - Art. 8º, I	30%	30%	0,0%	2,0%	15,0%
FI em Índices de mercado (ETF) - Art. 8º, II			0,0%	4,0%	15,0%
Investimento no Exterior - Art. 9º	1,5%				
Fundo RF - Dívida Externa - Art. 9º, I	10%	10%	0,0%	0,0%	0,0%
FI - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9º, II			0,0%	1,0%	10,0%
Fundo Ações BDR Nível 1 - Art. 9º, III			0,0%	0,5%	5,0%
Fundos Estruturados - Art. 10º	3,0%				
Fundos Multimercados - Art. 10º, I, "a"	10%	20%	0,0%	3,0%	10,0%
FI em Participações - Art. 10º, II, "b"	5%		0,0%	0,0%	0,0%
FI Ações - Mercado de Acesso - Art. 10º, III, "c"	5%		0,0%	0,0%	0,0%
Fundos Imobiliários - Art. 11º	0,0%				
FI Imobiliário - Art. 11º	5%	5%	0,0%	0,0%	0,0%
Empréstimos Consignados Art. 12º	0,0%				
Empréstimos Consignados - Art. 12º	5%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,00%				

Tabela 1- Fonte Política de investimentos 2023

RENDIMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE

O total de rendimentos apurados nas aplicações financeiras, no primeiro semestre de 2023, foi de R\$ 30.366.068,60.

RENTABILIDADE					
Fundos de Investimento	06/2023 (%)	Últimos 6 meses (%)	No ano (%)	06/2023 (R\$)	ANO (R\$)
BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP	1,10%	6,62%	6,51%	609.597,89	3.418.369,47
BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A FI RENDA FIXA	1,03%	6,85%	6,70%	296.140,79	2.432.789,68
BANRISUL FOCO IMA G FI RENDA FIXA LP	1,74%	8,85%	8,71%	164.520,72	233.488,48
BANRISUL FOCO IMA-B FI RENDA FIXA LP	2,37%	11,30%	11,18%	215.088,77	302.154,10
BANRISUL FOCO IRF-M 1 FI RENDA FIXA	1,17%	6,68%	6,57%	278.592,10	1.475.398,02
BANRISUL FOCO IRF-M FI RENDA FIXA LP	2,07%	9,54%	9,33%	88.645,52	236.564,11
BANRISUL RPPS FI RENDA FIXA	0,93%	5,76%	5,55%	295.907,10	1.689.087,23
BANRISUL RPPS II FI RENDA FIXA	0,95%	9,22%	9,20%	128.424,00	1.102.449,21
BANRISUL SOBERANO FI RENDA FIXA SIMPLES LP	1,07%	6,42%	6,31%	30.189,15	132.348,98
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,80%	8,90%	8,76%	0,00	166.063,03
BB ATIVA PLUS FIC RENDA FIXA LP	0,41%	4,64%	4,61%	91.431,88	893.061,40
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	1,03%	7,12%	6,99%	235.795,92	1.210.253,24
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2,37%	11,40%	11,28%	329.077,26	364.193,39
BB IPCA III FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	0,99%	6,82%	6,68%	123.886,31	789.657,14
BB JUROS E MOEDAS FIC MULTIMERCADO LP	1,19%	6,46%	6,37%	90.662,58	461.208,30
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	1,09%	6,55%	6,44%	151.585,51	1.215.538,71
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,05%	7,07%	6,98%	0,00	822.698,50
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA III FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,93%	5,74%	5,54%	7.841,54	45.358,20
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA VI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,92%	5,73%	5,53%	36.977,50	214.820,76
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2024 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,94%	0,71%	0,71%	46.936,97	37.724,11
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,95%	9,23%	9,20%	252.653,55	2.320.281,42
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2032 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2,67%	3,55%	3,55%	134.605,01	177.537,05
BB TÍTULOS PÚBLICOS X FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,93%	5,74%	5,54%	7.275,86	42.069,90
BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,93%	5,76%	5,56%	213.296,55	1.179.453,29
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	2,37%	11,33%	11,20%	94.447,88	94.447,88
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,13%	6,64%	6,53%	64.172,91	517.415,41
CAIXA BRASIL 2023 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,00%	5,37%	5,28%	0,00	568.638,33
CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,93%	2,70%	2,50%	50.302,29	290.892,47
CAIXA BRASIL 2024 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,93%	2,71%	2,52%	96.235,26	556.464,06
CAIXA BRASIL 2032 X TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	2,67%	3,58%	3,58%	134.683,43	181.106,78
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	2,10%	8,39%	8,26%	58.969,95	218.277,64
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1,04%	6,75%	6,60%	96.316,70	817.640,45
CAIXA BRASIL IDKA PRÉ 2A FIC RENDA FIXA LP	2,19%	9,92%	9,71%	152.644,13	282.343,78
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1,03%	7,13%	7,00%	232.681,83	1.491.614,33
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2,35%	11,37%	11,24%	174.378,11	184.458,07
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES V FIC MULTIMERCADO LP	4,76%	11,49%	11,01%	50.766,98	110.880,66
CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP	1,22%	6,67%	6,56%	44.635,65	185.248,56
CAIXA RS TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1,11%	6,61%	6,51%	66.290,59	368.854,03
ISHARES IBOVSPA FUNDO DE ÍNDICE (BOVA11)	9,06%	7,32%	7,83%	257.914,43	223.771,34
ITAÚ IMA-B ATIVO FIC RENDA FIXA	2,57%	11,86%	11,73%	6.700,21	6.700,21
ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO FIC RENDA FIXA LP	1,30%	7,22%	7,10%	62.284,66	256.955,56
ITAÚ INSTITUCIONAL OPTIMUS FIC RENDA FIXA LP	1,37%	6,82%	6,71%	63.598,19	295.360,65
LF IPCA SANTANDER (19/11/2024)	0,69%	27,92%	25,07%	3.739,38	34.432,12
LF IPCA SANTANDER (22/08/2024)	0,72%	31,26%	27,77%	3.910,16	35.555,98
SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,08%	4,25%	4,25%	5.519,59	17.923,04
SICREDI IMA-B 5 FIC RENDA FIXA REFERENCIADO LP	1,06%	2,42%	2,42%	10.616,44	12.933,97
SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M FI RENDA FIXA LP	2,11%	9,80%	9,60%	343.318,13	875.442,29
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA	1,09%	6,60%	6,49%	251.724,66	1.776.203,26
Total:				6.154.984,05	30.366.068,60

Imagem 2 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

COMPOSIÇÃO INVESTIMENTOS E BANCOS

Os recursos financeiros do PREVPEL deverão ser geridos em conformidade com a política de investimentos, Resolução em vigor e Instituições Financeiras previamente credenciadas junto ao PREVPEL.

O montante do capital do PREVPEL apurado em 30.06.2023 foi de R\$ 490.859.205,54 está investido nos fundos de investimentos e somado a C/C conforme:

Composição da Carteira	06/2023	
	RS	%
BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP	56.107.053,03	11,43
BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A FI RENDA FIXA	23.063.232,99	4,70
BANRISUL FOCO IMA G FI RENDA FIXA LP	13.114.508,53	2,67
BANRISUL FOCO IMA-B FI RENDA FIXA LP	12.235.691,00	2,49
BANRISUL FOCO IRF-M 1 FI RENDA FIXA	24.073.400,19	4,90
BANRISUL FOCO IRF-M FI RENDA FIXA LP	4.450.336,87	0,91
BANRISUL RPPS FI RENDA FIXA	32.104.741,18	6,54
BANRISUL RPPS II FI RENDA FIXA	13.671.805,38	2,79
BANRISUL SOBERANO FI RENDA FIXA SIMPLES LP	2.864.596,56	0,58
BB ATIVA PLUS FIC RENDA FIXA LP	22.527.466,61	4,59
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	23.108.310,86	4,71
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	17.772.193,39	3,62
BB IPCA III FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	12.616.766,94	2,57
BB JUROS E MOEDAS FIC MULTIMERCADO LP	7.704.707,69	1,57
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	11.153.774,91	2,27
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA III FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	852.599,70	0,17
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA VI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4.048.503,85	0,82
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2024 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	5.037.724,11	1,03
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	26.865.949,99	5,47
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2032 FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	5.177.537,05	1,05
BB TÍTULOS PÚBLICOS X FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	791.439,35	0,16
BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	23.120.298,69	4,71
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	5.594.447,88	1,14
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	4.509.510,73	0,92
CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	5.459.833,59	1,11
CAIXA BRASIL 2024 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	10.467.091,77	2,13
CAIXA BRASIL 2032 X TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	5.181.106,78	1,06
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	2.860.683,88	0,58
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	7.839.924,73	1,60
CAIXA BRASIL IDKA PRÉ 2A FIC RENDA FIXA LP	7.684.937,78	1,57
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	22.789.162,07	4,64
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	8.524.458,07	1,74
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES V FIC MULTIMERCADO LP	1.117.964,37	0,23
CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP	3.696.371,97	0,75
CAIXA RS TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	6.038.791,31	1,23
ISHARES IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE (BOVA11)	2.974.004,12	0,61
ITAÚ IMA-B ATIVO FIC RENDA FIXA	506.700,21	0,10
ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO FIC RENDA FIXA LP	4.861.477,31	0,99
ITAÚ INSTITUCIONAL OPTIMUS FIC RENDA FIXA LP	4.699.868,20	0,96
LF IPCA SANTANDER (19/11/2024)	545.811,64	0,11
LF IPCA SANTANDER (22/08/2024)	549.308,94	0,11
SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	517.923,04	0,11
SICREDI IMA-B 5 FIC RENDA FIXA REFERENCIADO LP	1.012.933,97	0,21
SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M FI RENDA FIXA LP	20.073.565,21	4,09
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA	20.864.575,71	4,25
Total:	490.833.092,13	100,00

Disponibilidade em conta corrente:	26.113,41
Montante total - Aplicações + Disponibilidade:	490.859.205,54

Imagem 3 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

OS FUNDOS APLICADOS ESTÃO DISTRIBUÍDOS NOS SEGUINTE BANCOS:

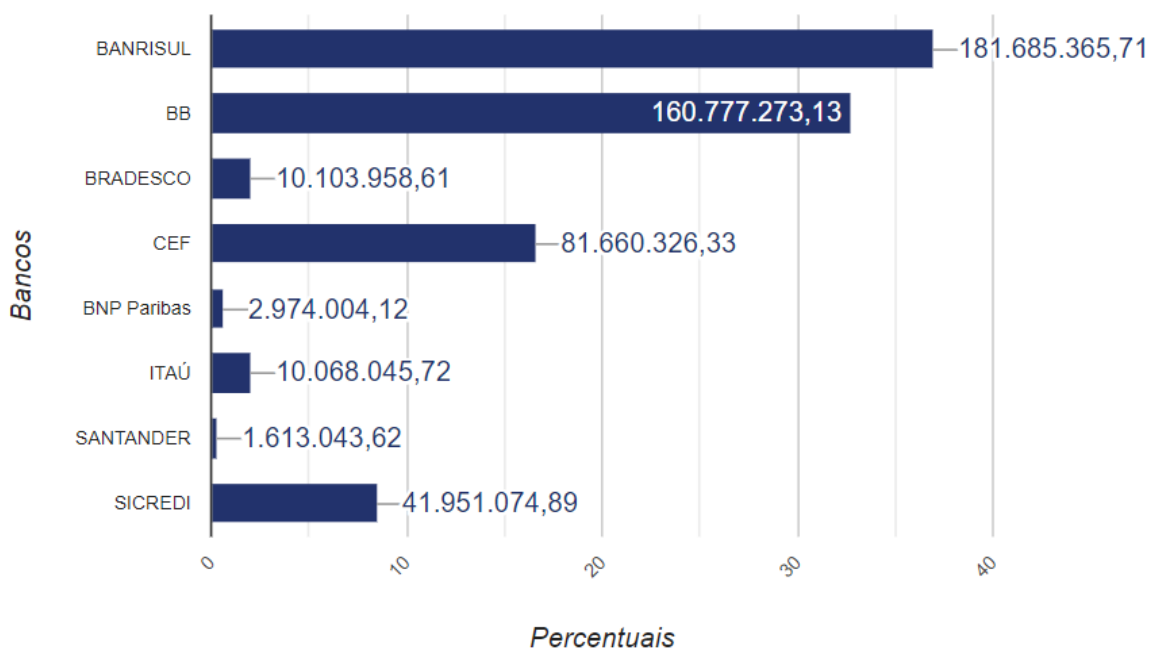


GRÁFICO 1 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

Obs: Sobre o BNP Paribas esta Instituição é administradora da ETF ISHARES IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE (BOVA11) onde o PREVPEL realiza a gestão ativa na B3.

ACOMPANHAMENTO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS *VERSUS* A META

A meta atuarial da carteira de investimentos para o exercício de 2023 determinada na PI foi de (IPCA+5,05%). O PREVPEL, em 30.06.2023 obteve uma rentabilidade acumulada R\$ 30.366.068,60 o que equivale a 125,53% da meta da PI para o primeiro semestre.

O PREVPEL conseguiu 6,82% no primeiro semestre e a meta do período foi de 5,44%.

MÊS BASE	RENTABILIDADE ACUMULADA		META	% da Meta	
	R\$	%			
06/2023	R\$ 30.366.068,60	6,8243%	IPCA + 5,05%	5,44 %	125,53%

Imagem 4 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

Conseguimos estar acima da meta, em virtude de que a carteira está bem diversificada, por benchmark está distribuída:

Benchmark	Composição por segmento	
	RS	%
CDI	145.546.117,05	29,65
IDKA 2	30.903.157,72	6,30
IMA Geral	13.114.508,53	2,67
IMA-B	61.351.855,26	12,50
IRF-M 1	24.073.400,19	4,90
IRF-M	24.523.902,08	5,00
IPCA	132.632.838,13	27,02
IMA-B 5	46.910.406,90	9,56
IDKA 2 PRÉ	7.684.937,78	1,57
Ibovespa	4.091.968,50	0,83
Total:	490.833.092,13	100,00

Imagem 5 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

Considerando ainda o grau de risco da carteira do PREVPEL, podemos concluir que o PREVPEL é um investidor de perfil MODERADO, optando por investimentos com baixa/média oscilação e risco. Observa-se que ao final do primeiro semestre do exercício de 2023, o PREVPEL possuía seus investimentos alocados, considerando o grau de risco, conforme o gráfico abaixo:

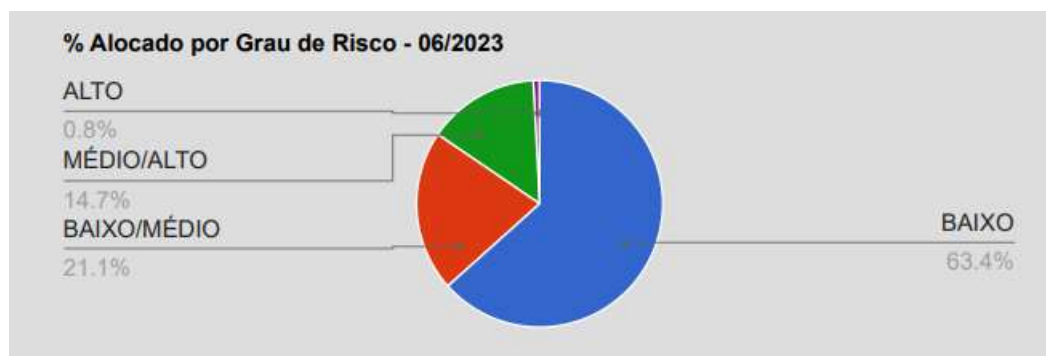


Imagem 6 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

ELABORAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS DOS RECURSOS – DAIR

O envio do DAIR, que é um dos critérios para a emissão do CRP, deve ocorrer até o último dia de cada mês, relativamente às informações das aplicações do mês anterior, segundo o art. 241, inciso IV, alínea “b” da Portaria do MTP nº 1.467 de 2022.

Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos																					
Ente	CNPJ do Ente	Exercício	Mês	Finalidade do DAI	Data de Posição	Data de Envio	Consultar Notificações / Irregularidades	Monitor Irregularidades?	Assinatura Digital	Detalhar Assinaturas	Gerar Declaração de Veracidade	Enviar Declaração de Veracidade Digitalizada	Consultar Declaração de Veracidade Digitalizada	Refiliação	Imprimir DAI	Imprimir PPF	Imprimir PPF	Baixar EML	Atualizar DAI	Perfil	
Pelotas	07.458.031/0001-57	2023	Junho	DAIR - Encargamento do Mês	30/06/2023	12/07/2023 13:26:12								100							
Pelotas	07.458.031/0001-57	2023	Mai	DAIR - Encargamento do Mês	31/05/2023	13/06/2023 11:40:42								100							
Pelotas	07.458.031/0001-57	2023	Abril	DAIR - Encargamento do Mês	30/04/2023	18/05/2023 13:32:30								100							
Pelotas	07.458.031/0001-57	2023	Março	DAIR - Encargamento do Mês	31/03/2023	15/04/2023 11:34:54								100							
Pelotas	07.458.031/0001-57	2023	Fevereiro	DAIR - Encargamento do Mês	29/02/2023	15/03/2023 08:13:23								100							
Pelotas	07.458.031/0001-57	2023	Januari	DAIR - Encargamento do Mês	31/01/2023	10/02/2023 14:14:40								100							

Imagem 7 Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/dair/restrito/consultarDemonstrativos.xhtml>

Da consulta aos dados disponíveis no site eletrônico do Município e do Ministério do Trabalho e Previdência comprovam que durante o ano de 2023 os investimentos do RPPS se mantiveram, **enquadrados e sem apontamentos.**

MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Como já tratado anteriormente, a Política de Investimentos traz os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável, estruturados, fundos imobiliários, em consonância com a legislação vigente. Além desses limites, há vedações específicas que visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS. São utilizados cenários projetados pelo mercado atual e futuro, bem como análises realizadas pela equipe da Consultoria Referência em conjunto com o Comitê de investimentos. O documento em questão pode ser revisto ou alterado, de forma justificada, com o objetivo de se adequar ao mercado ou à eventual alteração de Legislação, neste primeiro semestre **NÃO FOI NECESSÁRIA nenhuma alteração na redação da PI e nem de % de limites superiores dela.**

O enquadramento final do primeiro semestre é demonstrado abaixo:

Enquadramento 4.963/2021 e suas alterações

Enquadramento	Valor Aplicado (RS)	% Aplicado	% Limite alvo	% Limite Superior	Status
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	393.295.793,28	80,13%	60,00%	100,00%	ENQUADRADO
FI Renda Fixa - Art. 7º, III, "a"	68.332.363,18	13,92%	26,00%	60,00%	ENQUADRADO
Ativos Financeiros RF de emissão com Obrigação ou coobrigação de instituição financeira - Art. 7º, IV	1.095.120,58	0,22%	0,50%	10,00%	ENQUADRADO
FI em Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, V, "b"	12.616.766,94	2,57%	2,50%	5,00%	ENQUADRADO
ETF - Art. 8º, II	2.974.004,12	0,61%	4,00%	15,00%	ENQUADRADO
Fundos Multimercados - Art. 10º, I	12.519.044,03	2,55%	3,00%	10,00%	ENQUADRADO
Total:	490.833.092,13	100,00%	96,00%		

Imagem 8 - Fonte: RELATÓRIO REFERÊNCIA

Monitoramento individual por FUNDO versus a Resolução:

PORTAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: Sistema de Informação dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV). Disponível em: <http://cadprev.previdencia.gov.br/>

SISTEMA SGI: http://sgi.referenciagr.net.br/relat_enquadramento/pdf

RESUMO DO MERCADO FINANCEIRO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023

Assim como o ano anterior, 2023 está sendo desafiador para o mercado financeiro. Neste primeiro semestre os temas principais que têm pautado as discussões são a desaceleração econômica global, e o controle da escalada inflacionária pós pandemia sem a necessidade de uma recessão.

A percepção de risco sistêmico aumentou sensivelmente após a quebra do Silicon Valley Bank nos EUA, alertando os Bancos Centrais para a importância da estabilidade financeira. A salvação foram as gigantes de tecnologia, representando boa parte da alta dos mercados acionários.

No Brasil tivemos mudanças nas propostas na Lei de Diretrizes Orçamentárias encaminhada ao Congresso. O arcabouço fiscal foi aprovado no Senado, impulsionando a expectativa de cortes de juros.

Outro ponto marcante foi a fraude contábil no balanço de Lojas Americanas, além da renegociação de dívidas da Light, marcando uma temporada de retornos negativos nos fundos de crédito e resgates na indústria.

No mês de junho, tivemos uma alta de 9% no Ibovespa acompanhando o otimismo do S&P500 com valorização de 6,5%. Outro destaque foram os fundos de investimento imobiliário (IFIX), em alta de 4,7% no mesmo período.

No exterior, analisando por região, a China está tendo um crescimento econômico menor do que o esperado, onde o PIB referente ao 2º trimestre avançou 0,8% ante ao primeiro trimestre. Na comparação anual, o PIB cresceu 6,3% ficando abaixo da previsão de 7,3%. Nos EUA, o mercado de trabalho, apesar da desaceleração ocorrida em junho, segue se mantendo acima das 200 mil vagas ao mês, performance considerada suficiente para atingir o pleno emprego. Desse modo, após 10 altas consecutivas, na última reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) do primeiro semestre de 2023, finalizada no dia 14 de junho, mantiveram o intervalo dos juros entre 5% e 5,25% ao ano, com membros do FED afirmando a necessidade de aumentos adicionais nos juros, indicando que até o final de 2023 pelo menos duas altas ocorram.

Já na Zona do Euro a inflação vem dando sinais de desaceleração chegando a 5,5% em junho após atingir 6,1% em maio conforme a agência estatística europeia – EUROSTAT – com os preços da energia sendo o principal responsável pela queda. No entanto, como a inflação subjacente segue elevada, a expectativa é de manutenção de juros elevados por parte do Banco Central Europeu (BCE), sendo esperados inclusive novos aumentos.

Assim, resumindo no cenário global, o primeiro semestre foi positivo principalmente para a Bolsa dos EUA, cuja alta pode ser amplamente explicada por um grupo de empresas de tecnologia com grande relevância nos índices.

Entrando no cenário doméstico, o Brasil iniciou o ano com o novo governo, cujas indefinições fiscais marcaram os primeiros meses do semestre, penalizando os ativos brasileiros entre fevereiro e março.

Com algumas decisões mais controversas, tanto no Executivo quanto no Legislativo, as expectativas de um ano relativamente mais tranquilo deram espaço para revisões bastante negativas em torno da condução política para os próximos anos.

Conforme avançou a discussão sobre a meta de inflação no início do ano, a expectativa de juros subiu. O Banco Central também influenciou ao comunicar em março que poderia voltar a subir juros, estremecendo as relações da autoridade monetária com o Executivo.

Entretanto, com o projeto do arcabouço fiscal, mesmo enfrentando muitas mudanças, conseguiu ser aprovado no Senado. Aliado a uma inflação corrente menor que as expectativas, auxiliada pela queda no preço das commodities, incluindo a gasolina, o mercado passou a prever cortes na taxa de juros ainda em 2023.

A atividade econômica surpreendeu positivamente no 1º trimestre ao perfazer uma elevação de 1,9% puxado pela expressiva alta de 21,6% da agropecuária, que pode ser explicado principalmente pelo aumento da produção da soja – principal lavoura de grãos do país – que concentra 70% da safra no primeiro trimestre e deve fechar este ano com recorde. Também houve evoluções nos Serviços (0,6%) e estabilidade na Indústria (-0,1%).

No que tange à inflação o IPCA de junho registrou queda de 0,08% chegando a 2,87% no acumulado do ano. O movimento, que mais sugere estabilidade nos preços do que deflação, contudo, o resultado do índice, que em parte foi influenciado por fatores transitórios, também trouxe algumas boas notícias, apesar de mostrar que as altas nos preços de alguns segmentos, principalmente dos serviços livres, seguem persistentes e pouco sensíveis à taxa Selic. Assim, as últimas projeções conforme o Focus segue indicando leve queda nas estimativas para 2023 e 2024, que foram respectivamente reduzidas para 4,95% e 3,92%.

Outro ponto favorável, que afetou positivamente os ativos brasileiros, foi a decisão do CMN acerca da manutenção da meta de 3,0% e sua transformação em objetivo contínuo. Logo, O BC continuará responsável por administrar o “horizonte de convergência”, ou seja, por definir a velocidade de retorno à meta nas ocasiões em que o objetivo deixar de ser cumprido.

Quanto a questão dos juros, ao longo desse primeiro semestre o Copom vem mantendo a taxa Selic em 13,75%, apesar da pressão sofrida pelo atual governo, com intuito de incentivar a economia. Na última reunião do semestre de 2023, em ata, o colegiado deixou de sinalizar novas elevações, o que vinha colocando nas anteriores, contudo, também não indica com maior clareza quando se dará o início do ciclo de queda do juro. Apesar da melhora do IPCA ao longo dos últimos meses, o comunicado chama a atenção para “ancoragem das expectativas em torno de suas metas”.

Em relação à Renda Fixa o semestre foi favorável, com todos os indicadores IMA encerrando o período no campo positivo, sobretudo das carteiras vinculadas aos ativos de maior prazo. Os resultados do IPCA e IGP-M divulgados em junho confirmam a percepção de redução do prêmio de risco de inflação por parte dos investidores que já vinha ocorrendo nos últimos meses. A crescente possibilidade do início do ciclo de redução dos juros no próximo semestre diante de um ambiente de taxa de câmbio valorizada e menores incertezas quanto ao quadro fiscal tem efeitos positivos na curva de juros de longo prazo, o que induz a valorização dos ativos de maior *duration*.

Benchmark	Retorno 1º Semestre
Prefixados	
IRF-M	9,62%
IRF-M 1	6,68%
IRF-M 1+	11,41%
Formado Por Títulos da Dívida Pública	
IMA Geral	8,64%
Formado Por Títulos Públicos indexados ao IPCA	
IMA-B	11,37%
IMA-B 5	7,04%
IMA-B 5+	14,91%
Duração Constante	
IDKA IPCA 2 ANOS	6,79%
DI	
CDI	6,50%

Imagem 09- Fonte: REFERÊNCIA

Abordando a renda variável o primeiro semestre se caracterizou como um bom período para a Bolsa Brasileira. O Ibovespa teve ganhos de 7,61% no período, chegando aos 118 mil pontos. Podemos ressaltar que o destaque foi para o papel ativo do Congresso, a desaceleração gradual da inflação associado ao bom desempenho do PIB do primeiro trimestre aumentaram as expectativas acerca do início do ciclo de queda da Selic, impactando a curva de juros futuros e gerando uma maior atratividade pela bolsa brasileira.

Benchmark	Retorno 1º Semestre
Ibovespa	7,61%
IBX	6,59%
IBX-50	4,96%
MSCI World	5,28%
S&P 500	7,06%

Imagem 10 - Fonte: REFERÊNCIA

CERTIFICADO REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária, ou CRP, é o documento emitido pelo Ministério da Previdência. Foi instituído pelo Decreto nº 3.788/2001 e possui como finalidade atestar o cumprimento pelo Ente Federativo de diversos critérios e exigências contidos nas Leis nº 9.717/1998 e nº 10.887/2004, em relação ao RPPS.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

EMITIDO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Ente Federativo: Pelotas UF: RS
CNPJ Principal: 87.455.531/0001-57

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA MPS Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O ESTADO ESTÁ EM SITUAÇÃO IRREGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 1998, E AS IRREGULARIDADES OBSERVADAS ESTÃO SUSPENSAS CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, NÃO REPRESENTANDO IMPEDIMENTO À EMISSÃO DESTES CERTIFICADOS.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 15/04/2023
VÁLIDO ATÉ 12/10/2023

N.º 988791 -
219372

Imagem 11- Fonte Ministério do Trabalho e Previdência:

<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/visualizarCrp2.xhtml?id=22145>

8

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados. O CRP de PELOTAS encontra-se regular e tem validade até: 12/10/2023 conforme imagem 11.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Diante da análise dos relatórios enviados pela consultoria Referência, bem como, acompanhamento mensal por parte do gestor, comitê de investimentos e conselho, a parte dos investimentos *versus* a meta *versus* o ENQUADRAMENTO DA PI no primeiro semestre do ano de 2023, estão sendo atendidas as normas em vigor e a política de investimentos na gestão de recursos do PREVPEL, e **não foram verificadas deficiências e irregularidades no período**, reiteramos que estão disponíveis para consulta nas fontes indicadas, e considerando as exigências legais pertinentes aos RPPS, no que diz respeito a organização. Ressaltamos ainda que o PREVPEL está atingindo a meta em 125,53% e o PL final do período foi de R\$ 490.859.205,54 somando o saldo das contas correntes.

Ressaltamos ainda que o PREVPEL está enviando dentro do prazo os demonstrativos, tendo o CRP em dia.

Maria Genessi Garcia

Gestora de Investimentos

Berenice Martinez Nunes

Diretora Presidente